

1 de junho de 2026
 DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

EM TRÊS DÉCADAS A PROPORÇÃO DE CRIANÇAS (ATÉ AOS 17 ANOS) NA POPULAÇÃO TOTAL PASSOU DE 25% PARA 15%

Entre 1990 e 2024, a proporção de crianças na população total passou de 25,2% para 15,5%. No mesmo período, o número de nados-vivos por mil mulheres em idade fértil passou de 46,5 para 37,9 e a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho passou de 24,9 para 30,3 anos.

Em 2024, 95,7% das crianças com 6 anos de idade cumpriram o plano vacinal para o sarampo, papeira e rubéola. No mesmo ano, 3,6% das crianças não puderam satisfazer uma necessidade de consulta ou tratamento dentário e 4,5% tinham alguma limitação na realização de atividades consideradas habituais para a sua idade devido a problemas de saúde prolongados.

Em 2025, a proporção de crianças que recebiam cuidados formais de acompanhamento era de 57,6% nas crianças até aos 3 anos e 43,8% nas crianças com 4 ou mais anos.

O número de alunos matriculados no ensino não superior no ano letivo 2023/2024 diminuiu 19,5% em relação a 1990/1991, tendo a taxa bruta de pré-escolarização passado de 50,7% para 100,6%. Em 2022, 76,8% dos alunos com 15 anos tinham um nível mínimo de proficiência na leitura e 70,2% em matemática, refletindo, em ambos os casos, uma redução em relação a 2012.

A taxa de risco de pobreza das crianças até aos 17 anos manteve-se superior à observada para a população em geral, tendo atingido, em 2024, 17,6%. Neste ano, o risco de pobreza afetava mais de um terço da população que vivia em agregados familiares monoparentais e 26,7% no caso das famílias numerosas.

Em 2025, 20,8% da população em famílias com crianças viviam numa situação de insuficiência do espaço habitacional (5,7% nas famílias sem crianças) e 10,2% viviam em condições severas de privação habitacional (2,5% nas famílias sem crianças).

Em 2024, um quinto das crianças viviam em agregados familiares sem capacidade para lhes pagar pelo menos uma semana de férias por ano fora de casa e um décimo das crianças não tinham possibilidade de participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer.

O número de beneficiários, descendentes ou equiparados, do abono de família para crianças e jovens por 100 indivíduos com menos de 25 anos era, em 2024, tendencialmente mais elevado nos municípios do interior continental.

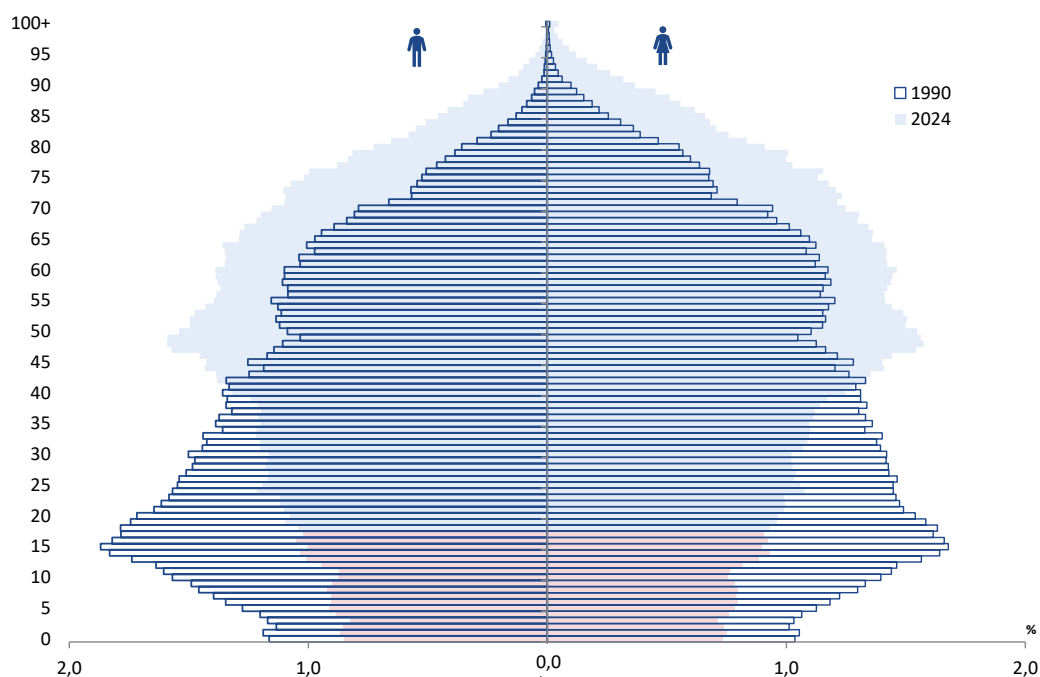
Em 2025, foram registados 3 307 crimes contra menores, correspondendo ao maior número de participações registadas pelas autoridades policiais desde 2014, destacando-se os crimes de violência doméstica contra menores e de abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes ou em situação particularmente vulnerável com, respetivamente, 33,9% e 28,6% do total.

DEMOGRAFIA

Em 1990, ano em que Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, o **número de crianças** (dos 0 aos 17 anos) era de 2 511 856, representando 25,2% da população residente no país; em 2024, este número era de **1 670 500** (menos 841 356 crianças do que em 1990), representando **15,5%**

A redução do peso das crianças na população residente é visível no estreitamento da base da pirâmide etária de 1990 para 2024, em resultado da diminuição da natalidade, e no alargamento do topo, com o acréscimo da proporção de pessoas idosas em consequência do aumento da esperança de vida

Projeta-se que, em 2100, o número de crianças diminuirá para 1 191 168 (14,3%)¹

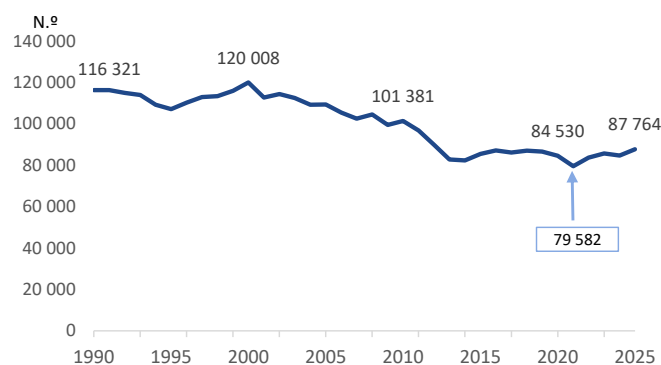


Fonte: INE, [Estimativas de população residente](#).

¹ [Projeções de população residente \(projeções 2025-2100\), Cenário Central.](#)

Em 2025, o **número de nados-vivos** de mães residentes em Portugal foi de **87 764**, menos 28 557 (-24,6%) nados-vivos do que em 1990

Em 1990, Portugal registava uma **taxa de fecundidade** geral de 46,5 nados-vivos por mil mulheres dos 15 aos 49 anos; em 2024, este valor era de **37,9** nados-vivos por mil mulheres em idade fértil

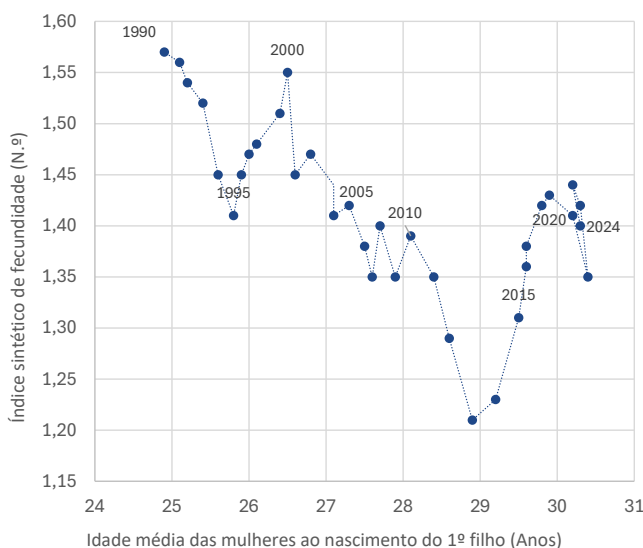


Fonte: INE, [Nados-vivos](#).

Desde 1982, que Portugal não assegura o nível de substituição de gerações, tendo o país, pela primeira vez nesse ano, registado um **índice sintético de fecundidade** (ISF) abaixo de 2,1 filhos por mulher em idade fértil (mulheres dos 15 aos 49 anos)

Em 1990, em média, uma mulher tinha 1,57 filhos, e em 2024, **1,40** filhos

Simultaneamente, tem-se verificado um **adiamento da maternidade**: em 1990, a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho era de 24,9 anos, e em 2024 de **30,3** anos

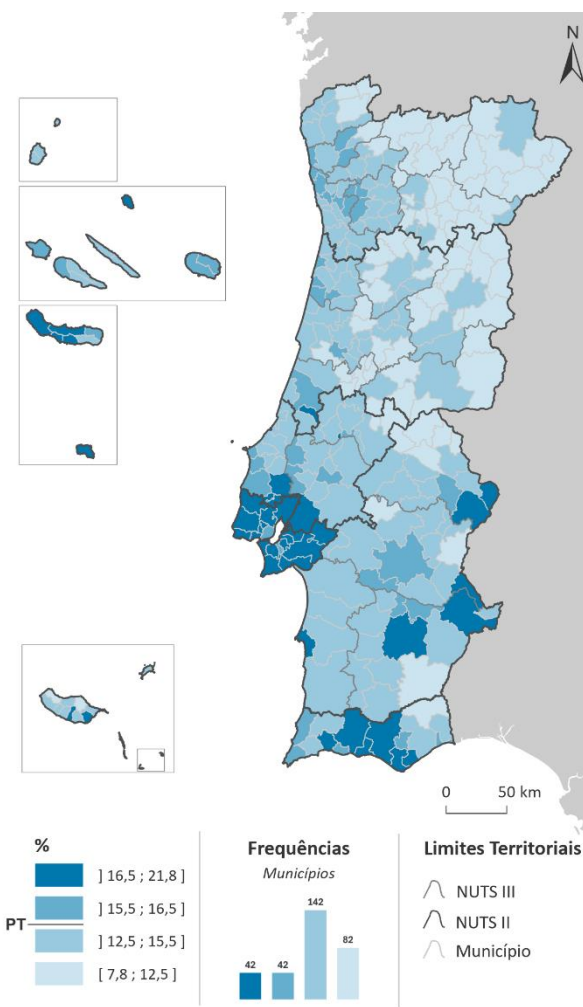


Fonte: INE, Indicadores demográficos ([idade média](#), [índice sintético de fecundidade](#)).

Em 2024, a **proporção de crianças no total da população residente** (15,5%) era superior ao valor nacional em 84 dos 308 municípios do país, concentrados, sobretudo, na Grande Lisboa, na Península de Setúbal, no Algarve e na Região Autónoma dos Açores

Ribeira Grande, na Região Autónoma dos Açores, destacava-se como o município com maior peso de crianças (21,8%), seguido de Lagoa, também na Região Autónoma dos Açores (19,3%), e do Montijo (19,2%), na Península de Setúbal

220 municípios apresentavam uma proporção de crianças abaixo do valor nacional, salientando-se os municípios de Almeida e Alcoutim (7,8%), na região Centro e no Algarve, respetivamente



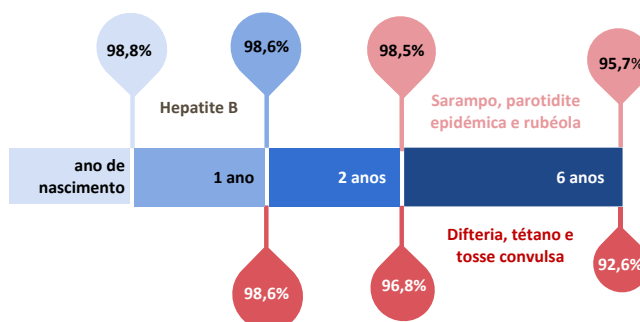
Fonte: INE, [Estimativas de população residente](#).

SAÚDE

A cobertura vacinal da **hepatite B** atingia, em 2024, perto de **99%** das crianças que tinham completado 1 ano de idade

92,6% das crianças com 6 anos de idade cumpriram o plano vacinal para a **difteria, tétano e tosse convulsa** ...

... e **95,7%** no caso da vacinação para o **sarampo, parotidite epidémica (papeira) e rubéola**, refletindo uma menor cobertura vacinal à medida que a idade vai avançando



Fonte: Direção-Geral da Saúde (cobertura vacinal com [1 ano](#), [6 anos](#) e [11 anos](#) de idade).

A cobertura vacinal contra infeções por **vírus do papiloma humano (HPV)** era, em 2024, superior para as crianças do sexo feminino com 11 e 12 anos

Em 2024

92,4% das crianças até aos 15 anos tinham um estado de saúde bom ou muito bom

4,5% tinham alguma **limitação na realização de atividades** consideradas habituais para a sua idade devido a problemas de saúde prolongados

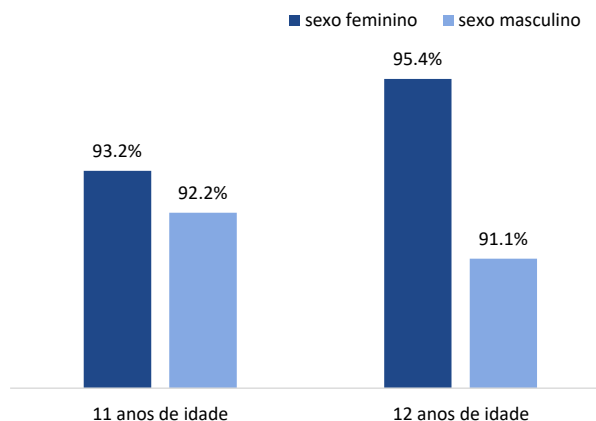
Algumas crianças não puderam satisfazer uma **necessidade de consulta ou tratamento**

3,6% de medicina dentária

1,8% de medicina não dentária

Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento \(saúde, limitação, medicina dentista\)](#).

Vírus do papiloma humano (HPV)



Fonte: Direção-Geral da Saúde (cobertura vacinal com [11 anos](#) e 12 anos de idade).

CUIDADOS FORMAIS DE ACOMPANHAMENTO

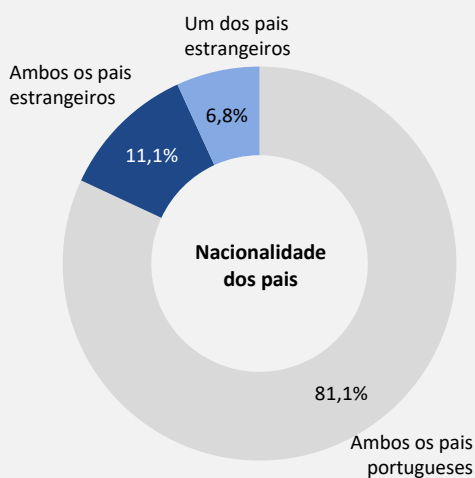
Em 2025, a proporção de crianças até aos 12 anos que recebiam cuidados formais de acompanhamento era de

- **57,6%** nas crianças até aos 3 anos
- **43,8%** nas crianças com 4 ou mais anos
- **50,4%** nas crianças sem risco de pobreza
- **33,1%** nas crianças em risco de pobreza

Em 2024, para **5,3%** das crianças até aos 12 anos, os cuidados formais de acompanhamento de que necessitaram não foram satisfeitos; em **46,9%** dos casos por falta de disponibilidade financeira

Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento \(cuidados, motivos\)](#).

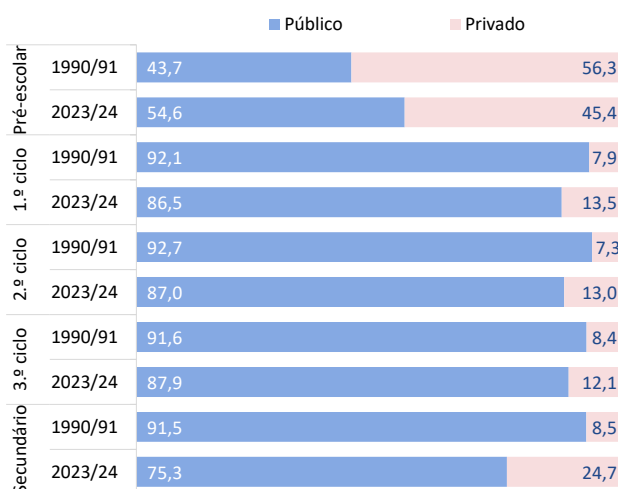
Considerando apenas os alunos do Continente³ no ano letivo 2023/2024, 81,1% tinham ambos os progenitores portugueses, 11,1% tinham ambos os progenitores estrangeiros, enquanto para 6,8% um dos progenitores era estrangeiro



Fonte: [Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência](#).

Em mais de três décadas, a **oferta pública de ensino pré-escolar** passou a abranger mais de metade (**54,6%**) dos alunos matriculados naquele nível de ensino (43,7% em 1990/1991)

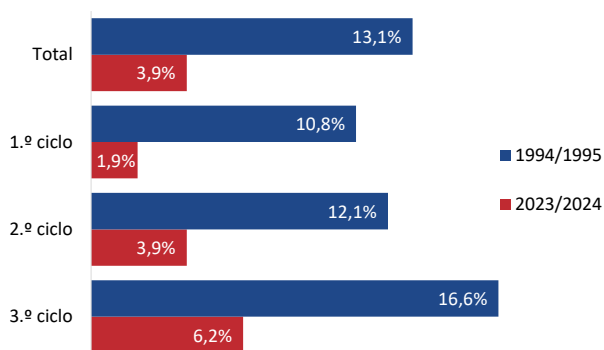
No **ensino secundário**, o peso dos alunos matriculados nos estabelecimentos privados registou um aumento, de 8,5% em 1990/1991 para 24,7% em 2023/2024



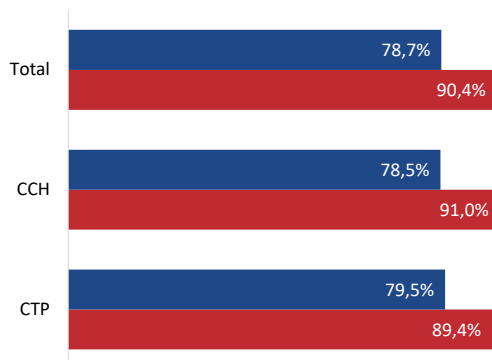
Fonte: [Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência](#).

³ De acordo com a publicação "[Perfil Escolar de Alunos Filhos de Pais com Nacionalidade Estrangeira 2023/2024](#)", da DGEEC, os dados apresentados nesta análise respeitam às crianças inscritas na educação pré-escolar e a alunos matriculados nos níveis de ensino básico e secundário em programas educativos orientados para jovens, nas seguintes modalidades: ensino geral, cursos artísticos especializados (em regime integrado), cursos científico-humanísticos, cursos profissionais, cursos de educação e formação, cursos com planos próprios, percursos curriculares alternativos e programa integrado de educação e formação.

A taxa de retenção/desistência para a totalidade do ensino básico diminuiu de 13,1% no ano letivo 1994/1995 para 3,9% em 2023/2024, tendência observável em todos os níveis de ensino, particularmente no 3.º ciclo (-10,4 p.p.)



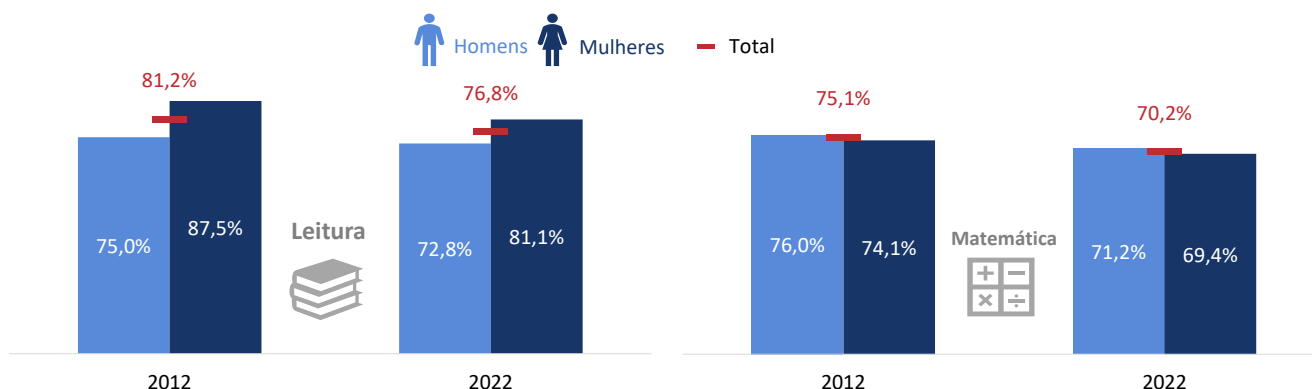
A taxa de transição/conclusão do ensino secundário passou de 78,7% para 90,4% no mesmo período, aumento que é observado tanto nos cursos gerais/científico-humanísticos (CCH), como nos cursos tecnológicos/profissionais (CTP)



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência ([retenção](#), [transição](#)).

Em 2022, 76,8% dos alunos com 15 anos tinham um nível mínimo de **proficiência na leitura** (-4,4 p.p. do que em 2012; 81,2%) e 70,2% em **matemática** (-4,9 p.p.; 75,1%)

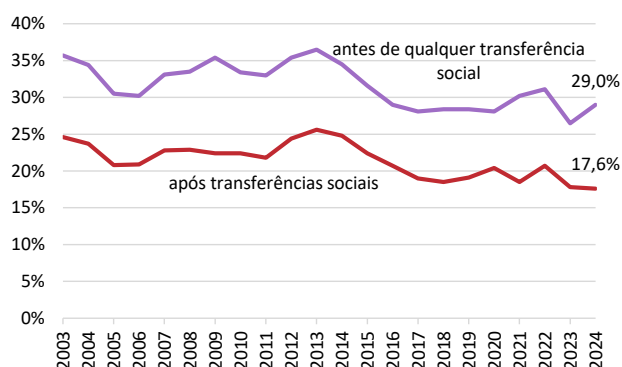
As raparigas destacam-se nas competências ao nível da leitura, apresentando proporções muito semelhantes aos rapazes em matemática



Fonte: [OCDE, PISA](#).

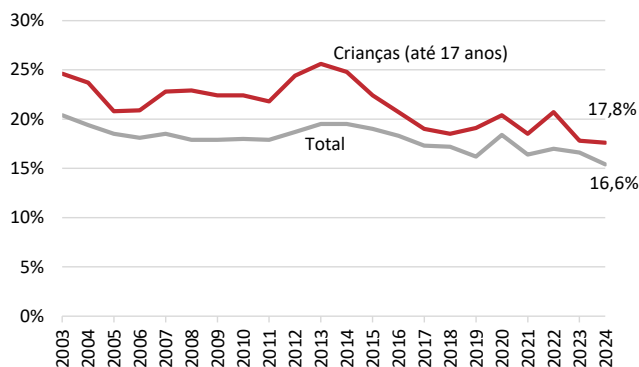
POBREZA

A função redistributiva do Estado tem permitido reduzir a incidência da pobreza entre as crianças (até aos 17 anos) ...



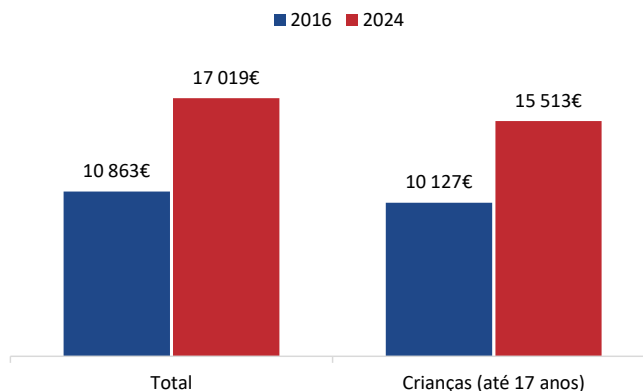
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento ([antes de qualquer transferência social](#), [após transferências sociais](#)).

... ainda assim, a taxa de risco de pobreza das crianças até aos 17 anos mantém-se superior à observada para a população em geral



Em 2024, a população em geral vivia com um rendimento médio monetário anual líquido por adulto equivalente de 17 019€, acima do observado para a população até aos 17 anos: **15 513€**

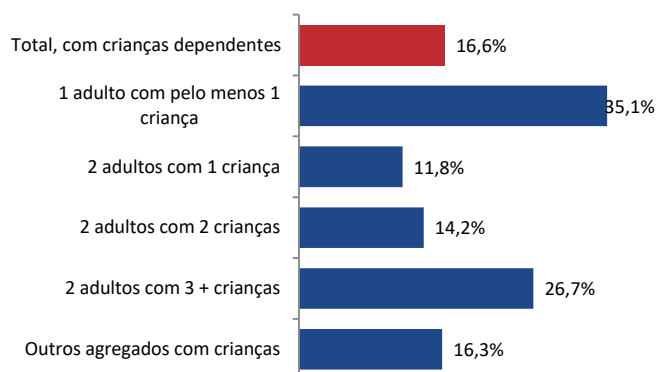
Entre 2016 e 2024, o aumento foi mais acentuado para a população em geral do que para as crianças



Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento](#).

O risco de pobreza afetava em 2024 mais de um terço da população que vivia em agregados familiares monoparentais (constituídos por apenas um adulto com uma ou mais crianças): **35,1%**

A incidência da pobreza era também elevada na população que vivia em famílias numerosas (constituídas por dois adultos com três ou mais crianças): **26,7%**

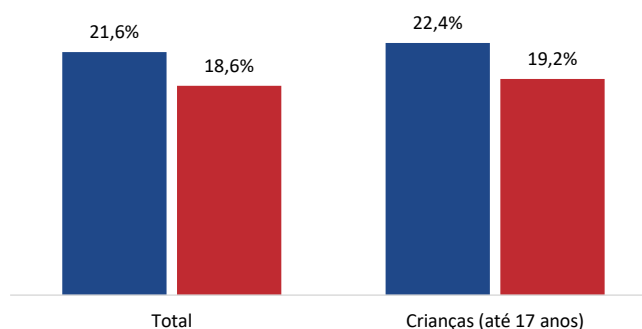


Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento](#).

A proporção de indivíduos em **risco de pobreza ou exclusão social**⁴ era, em 2025, mais elevada para as crianças até aos 17 anos do que para a população em geral

Taxa de pobreza ou exclusão social

■ 2018 ■ 2025



Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento](#).

PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL

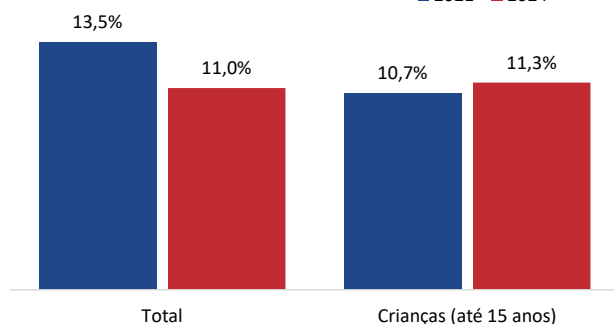
Em 2024, **11,3%** crianças até aos 15 anos viviam em agregados familiares em **privação material e social**⁵

Em 2021, o indicador era de 10,7%

Entre 2021 e 2024, a condição de **privação material e social severa**⁶ das crianças, apesar de ter diminuído ligeiramente, agravou-se bastante em relação à condição da população em geral

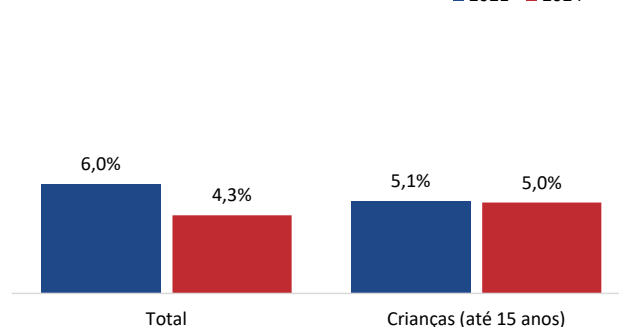
Taxa de privação material e social

■ 2021 ■ 2024



Taxa de privação material e social severa

■ 2021 ■ 2024



Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento \(privação, severa\)](#).

⁴ Indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida (de acordo com a definição Europa 2030) ou em situação de privação material e social severa.

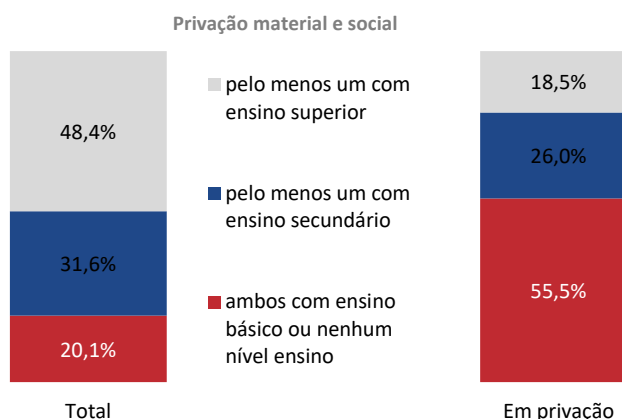
⁵ Indivíduos para os quais se verificam pelo menos cinco de uma lista de treze dificuldades listadas em www.ine.pt.

⁶ Indivíduos para os quais se verificam pelo menos sete das treze dificuldades consideradas na taxa de privação material e social.

O nível de escolaridade dos pais é uma das características que mais distingue as **crianças em privação material e social**:

em 2024, **48,4%** das crianças até aos 15 anos tinham pelo menos um dos pais com ensino superior, proporção que baixa para **18,5%** se se considerar apenas as crianças em condição de privação

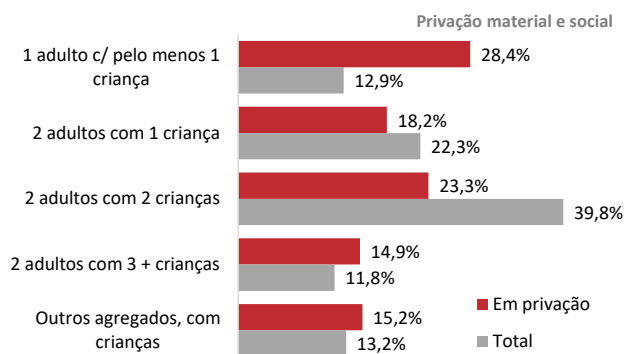
em contrapartida, **20,1%** das crianças tinham ambos os pais com baixo nível de escolaridade, proporção que aumenta para **55,5%** se se considerar aquelas em condição de privação



Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento](#).

Em 2024, do total de crianças até aos 15 anos em privação material e social, **28,4%** viviam em famílias monoparentais (com apenas um adulto e com uma ou mais crianças), mais do dobro da percentagem de **12,9%** de crianças até aos 15 anos que viviam em famílias monoparentais

Também a percentagem de crianças até aos 15 anos que viviam em famílias com três ou mais crianças (famílias numerosas) era superior no caso de se encontrarem em privação material e social: **14,9%**, por comparação com a percentagem das crianças até aos 15 anos que viviam em famílias numerosas (**11,8%**)



Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento](#).

Em 2024, do total de crianças até aos 15 anos:

- 20,6%** viviam em agregados sem capacidade para pagar pelo menos uma **semana de férias** por ano, fora de casa, a todas as crianças do agregado familiar
- 9,8%** não tinham possibilidade de participar regularmente numa **atividade extracurricular ou de lazer**
- 4,3%** não podiam participar em **viagens e atividades escolares** não gratuitas
- 3,3%** não podiam **convivar amigos** de vez em quando para brincarem e comerem juntos
- 2,7%** não tinham possibilidade de **substituição de roupa usada** por alguma roupa nova
- 2,3%** não tinham um **espaço apropriado para estudar** e fazer os trabalhos de casa
- 0,9%** não tinham possibilidade de **celebrar ocasiões especiais**

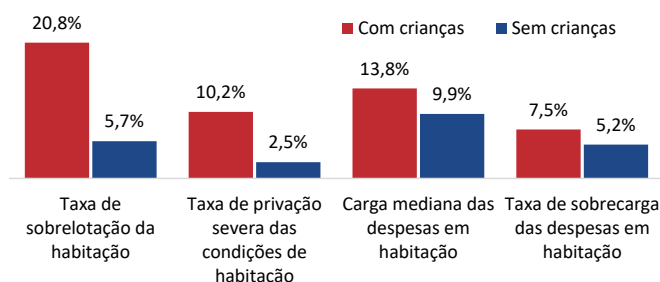
Fonte: INE, [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento](#).

PRIVAÇÃO HABITACIONAL

As condições habitacionais, tanto físicas como financeiras, das famílias com crianças dependentes são mais desfavoráveis do que para as restantes famílias. Esta conclusão é mais evidente nos indicadores associados às condições físicas da habitação: as **taxas de sobrelotação** e de **privação severa das condições da habitação** nas famílias com crianças eram cerca de quatro vezes as dos agregados sem crianças.

Em 2025

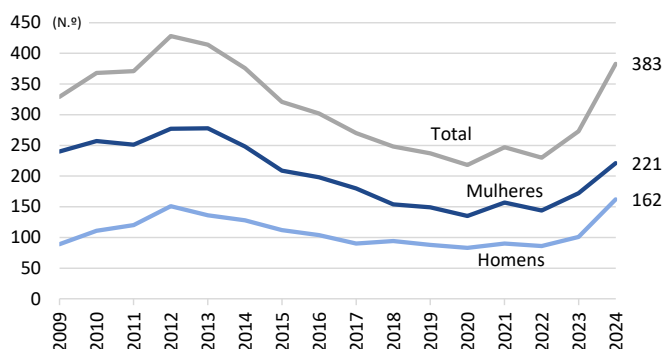
- **20,8%** da população em famílias com crianças viviam numa situação de insuficiência do espaço habitacional (5,7% nas famílias sem crianças)
- **10,2%** viviam em condições severas de privação habitacional (2,5% nas famílias sem crianças)



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento ([sobrelotação](#), [privação severa](#), [carga mediana](#), [sobrecarga](#)).

PROTEÇÃO SOCIAL

As mulheres beneficiam mais de **licenças por adoção** do que os homens



Fonte: [Instituto de Informática da Segurança Social](#).

Em 2024, nasceram **84 642** nados-vivos de mães residentes em Portugal

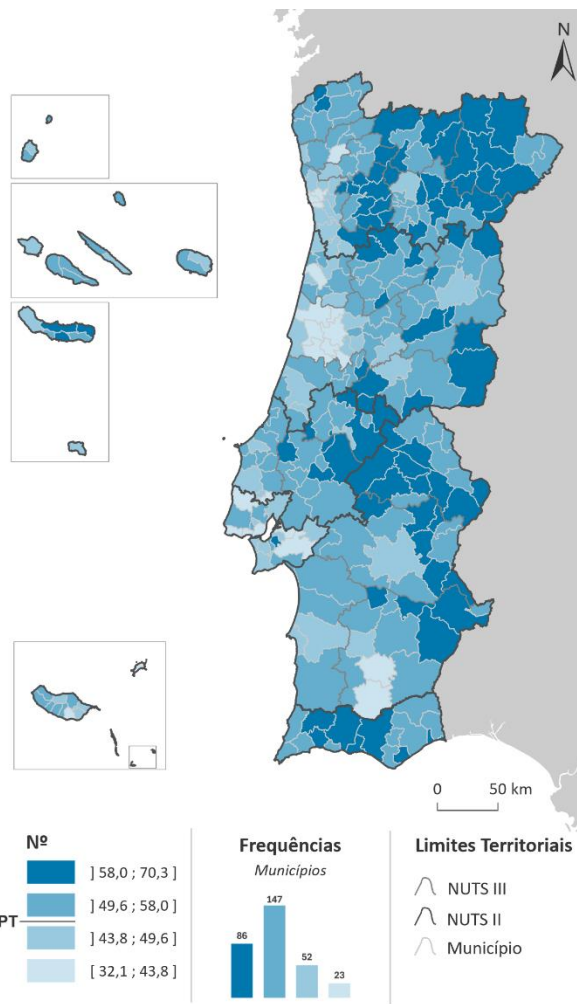
Nesse ano, as **licenças parentais iniciais** da Segurança Social beneficiaram **177 172** pessoas

- **48%** do sexo masculino; **41,9** dias em média
- **52%** do sexo feminino; **108,4** dias em média

Fonte: Instituto de Informática da Segurança Social ([beneficiários](#), [duração](#)).

O número de beneficiários, descendentes ou equiparados, do **abono de família** para crianças e jovens por 100 indivíduos com menos de 25 anos de idade, em 2024, tendencialmente mais elevado nos municípios do interior continental

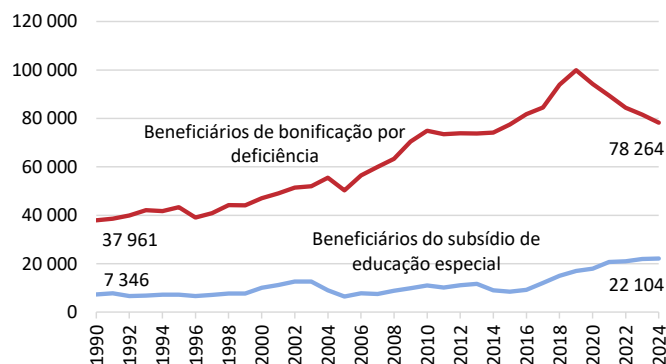
Note-se que, de acordo com a legislação em vigor, os agregados familiares com rendimentos superiores a 2,5 IAS (Indexante dos Apoios Sociais) ficam excluídos do direito ao abono de família



Fonte: [Instituto de Informática da Segurança Social](#), INE, [Estimativas de população residente](#).

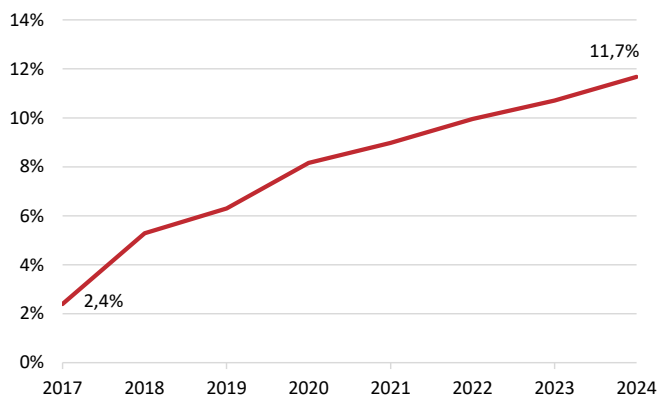
Em 2024, o número de beneficiários de **bonificação por deficiência** (bonificação acrescida ao subsídio familiar a crianças e jovens em função de os mesmos possuírem deficiência), destinado a apoiar crianças e jovens deficientes, designadamente na frequência de estabelecimentos adequados, foi de **78 264**, tendo mais do que duplicado em relação a 1990

O acréscimo foi ainda mais significativo no universo de beneficiários do **subsídio de educação especial**, que triplicou entre 1990 e 2024, para **22 104** beneficiários



Fonte: Instituto de Informática da Segurança Social ([bonificação por deficiência](#), [subsídio de educação especial](#)).

Nos últimos anos, a proporção de crianças e jovens (até aos 24 anos) no total de beneficiários da **prestação social para a inclusão** da segurança social aumentou de forma sustentada, para **11,7%** do total de beneficiários em 2024



Fonte: [Instituto de Informática da Segurança Social](#).

VIOLÊNCIA E JUSTIÇA

Em 2022, mais de 1,4 milhões de pessoas com idade dos 18 aos 74 anos (18,6%) referiram ter sofrido algum tipo de **violência na infância** (até aos 15 anos)

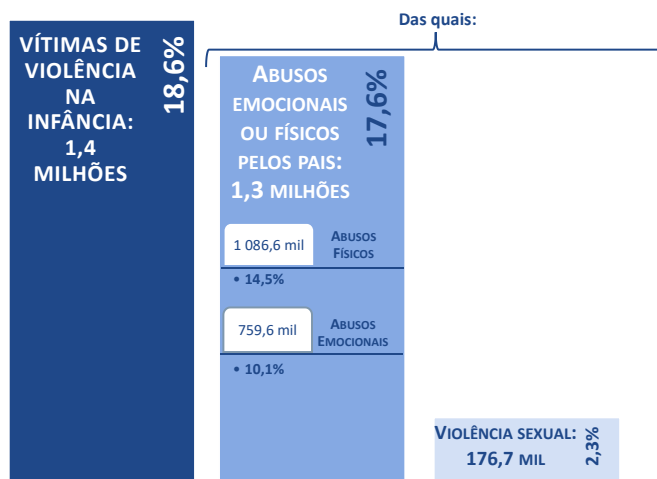
Mais de 1,3 milhões de pessoas (17,6%) com pai e mãe⁷ sofreram, na infância, algum tipo de **abuso emocional ou físico por parte dos seus progenitores**:

mais de 759 mil (**10,1%**) sofreram abusos **emocionais**

cerca de 1,1 milhões (**14,5%**) sofreram abusos **físicos**

Mais de 176 mil (2,3%) foram vítimas de **abusos sexuais na infância**, por parte de qualquer pessoa

As mulheres (19,4%), bem como quem tinha limitações de saúde (27,1% das severamente limitadas) apresentam proporções mais elevadas de violência na infância

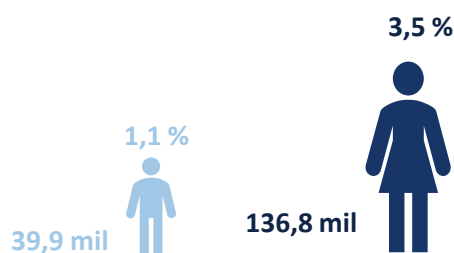


Fonte: INE, [Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado](#).

⁷ Pai e mãe entendidos no sentido abrangente, compreendendo as pessoas que os respondentes consideram como pai/mãe, incluindo madrasta, mãe adotiva, padrasto e pais adotivos, bem como outras pessoas que consideram como figura maternal ou paternal.

Também relativamente aos **abusos sexuais na infância** (2,3%), as mulheres apresentam maior prevalência:

3,5% das mulheres foram vítimas deste tipo de violência (136,8 mil), o que compara com 1,1% dos homens (39,9 mil)



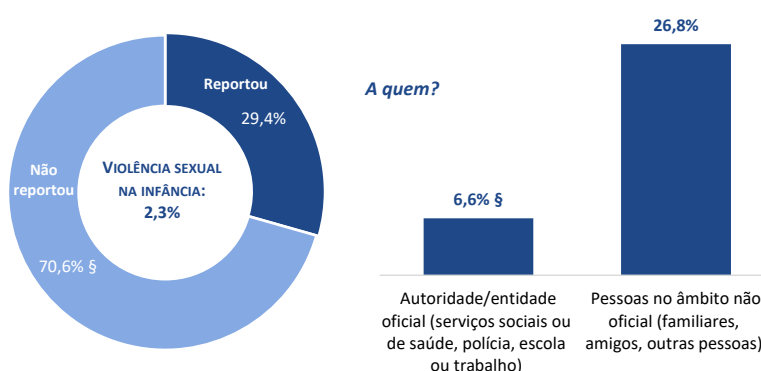
Os agressores de violência sexual identificados foram essencialmente homens, por 3,3% das mulheres e 0,9% dos homens

Fonte: INE, [Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado](#).

As vítimas de **violência sexual na infância** silenciaram as suas experiências: apenas 29,4% falaram com alguém ou com alguma entidade sobre o que aconteceu

E quando falaram sobre as situações que viveram ...

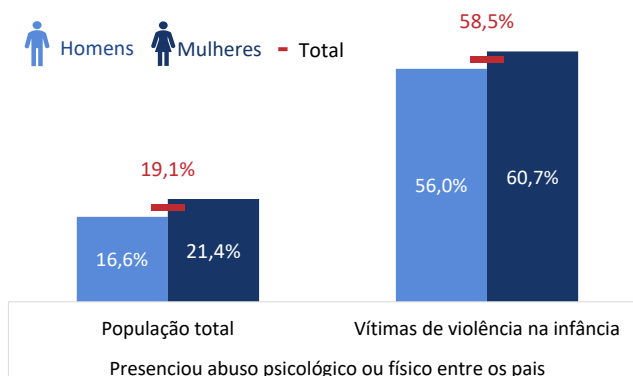
... familiares e amigos foram maioritariamente escolhidos para esses relatos (26,8%)



Fonte: INE, [Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado](#).
§ Estimativa com fiabilidade reduzida.

Contexto familiar de violência entre os pais era comum para a maioria das vítimas de violência na infância:

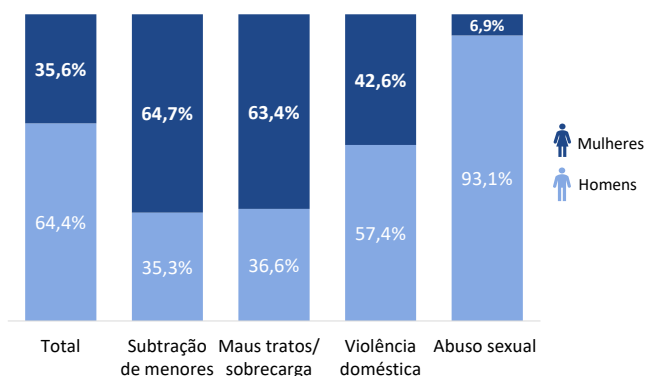
58,5% assistiram a situações de violência física ou psicológica entre os pais, o que compara com 19,1% na população total



Fonte: INE, [Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado](#).

Na globalidade, os **crimes contra menores** foram cometidos predominantemente por homens:

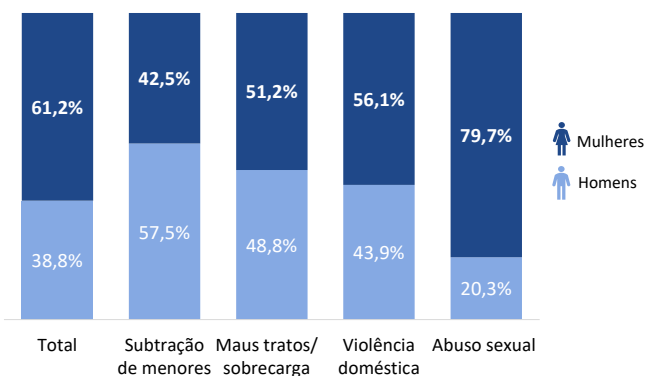
em 2025, **64,4% dos agentes/suspeitos identificados eram homens**, evidenciando-se nos crimes de abuso sexual (93,1%) e de violência doméstica (57,4%)



Fonte: [Direção-Geral da Política de Justiça](#).

Por outro lado ...

... **mais de metade das pessoas lesadas/ofendidas identificadas nos crimes contra menores eram do sexo feminino** (61,2%), com destaque para o crime de abuso sexual, em que 79,7% das pessoas lesadas/ofendidas eram do sexo feminino, e de violência doméstica (56,1%)



Fonte: [Direção-Geral da Política de Justiça](#).

NOTA TÉCNICA

ESTATÍSTICAS VITAIS

Os dados relativos a nados-vivos são obtidos através de uma operação estatística que visa a recolha direta e exaustiva de informação relativa a nascimentos de crianças nascidas vivas, ocorridos em território nacional, recorrendo ao aproveitamento de factos obrigatoriamente sujeitos a registo civil (assentos de nascimento) no Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC).

Para além da informação de carácter administrativo constante nos assentos, o INE recolhe também um conjunto adicional de variáveis identificadas como estatisticamente pertinentes e constantes dos respetivos instrumentos de notação.

O registo e o envio dos dados são efetuados eletronicamente, com observância dos requisitos definidos pelo Instituto Nacional de Estatística, IP (INE), e estabelecidos em articulação com o Instituto dos Registos e de Notariado, IP (IRN) e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP (IGFEJ).

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE

As estimativas de população residente seguem o método das componentes por coortes, assentam no conceito censitário de população residente e são calculadas por sexo e idade, até ao nível de desagregação geográfica de município. O seu cálculo desenvolve-se com base nas componentes demográficas natural e migratória, tendo por base informação de outras operações estatísticas do INE: nados-vivos, óbitos, estimativas da emigração e da imigração.

Relativamente à componente natural, nados-vivos e óbitos, a informação assenta nas designadas estatísticas vitais, através da utilização, para fins estatísticos, de factos obrigatoriamente sujeitos ao registo civil – nascimentos de crianças nascidas vivas e óbitos.

Os movimentos migratórios, não sendo, em Portugal, sujeitos a registo direto, são obtidos a partir de informação proveniente de outras operações estatísticas do INE – Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS) e Inquérito ao Emprego (IE) – que se assumem como fontes para a estimação dos fluxos migratórios anuais. Adicionalmente, são ainda utilizados os resultados do recenseamento da população mais recente e informação administrativa, nomeadamente a produzida pelo extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), agora designado Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA).

ESTATÍSTICAS DAS VACINAÇÕES

A informação estatística sobre [cobertura vacinal](#) é obtida com base em dados administrativos da Direção-Geral da Saúde.

RECENSEAMENTO ESCOLAR ANUAL

A operação estatística [Recenseamento Escolar Anual](#), da responsabilidade da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), visa recolher informação junto de todos os estabelecimentos de educação e ensino, de natureza pública ou privada, do Continente, sobre os alunos matriculados e respetivo aproveitamento, pessoal docente e não docente. Para a generalidade dos indicadores da área estatística da educação presentes neste Destaque, a DGEEC coligiu dados das regiões autónomas, da responsabilidade da Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia (Região Autónoma da Madeira) e da Secretaria Regional de Educação, Cultura e Desporto (Região Autónoma dos Açores).

Para mais informação, sugere-se a consulta dos dados disponíveis no portal da [Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência](#).

PISA

O PISA é um programa internacional da OCDE que, através de ciclos trienais de avaliação, afere a capacidade dos estudantes de 15 anos para mobilizarem as suas literacias fundamentais na resolução de problemas do quotidiano.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE VIDA E RENDIMENTO

O [Inquérito às Condições de Vida e Rendimento](#) é realizado anualmente junto de uma amostra representativa das famílias residentes em Portugal, com o objetivo de divulgar indicadores estatísticos sobre a distribuição do rendimento, a privação material, a privação habitacional e outros indicadores de base populacional sobre o estado de saúde e outras condições de vida das famílias. Neste âmbito, o inquérito integra o programa harmonizado de estatísticas europeias sobre o rendimento e condições de vida dos agregados domésticos privados, EU-SILC. Desde 2022 tem vindo a integrar gradualmente dados fiscais de base administrativa que concorrem para o apuramento da distribuição do rendimento. Para saber mais, veja-se a última divulgação ocorrida em [11 de dezembro de 2025](#).

Em 6 de março de 2025, foi publicado um destaque relativo ao tópico [Saúde e Privação Material das Crianças](#) cujos dados são recolhidos de três em três anos.

ESTATÍSTICAS SOBRE OS BENEFICIÁRIOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS DA SEGURANÇA SOCIAL

A informação estatística sobre beneficiários e valores processados de prestações sociais é obtida com base em dados administrativos do Instituto de Informática da Segurança Social.

INQUÉRITO SOBRE SEGURANÇA NO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO

O [Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado](#) (ISEPP), é um inquérito amostral realizado em todos os Estados-Membros da União Europeia, seguindo a metodologia e o questionário modelo definidos no âmbito do Sistema Estatístico Europeu. Esta operação estatística visa contribuir para a consolidação de um sistema de informação estatístico europeu sobre a temática da violência de género e da violência doméstica. Em Portugal, o inquérito, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2022, foi dirigido aos homens e mulheres com idade dos 18 aos 74 anos, residentes em território nacional.

Os principais resultados do ISEPP foram divulgados nos Destaques publicados em [30 de outubro de 2023](#) e em [19 de dezembro de 2023](#) e numa [publicação](#) sobre violência na infância. Uma vez que se trata de uma operação estatística quinquenal, cuja primeira edição foi em 2022, a próxima edição está prevista para 2027.

ESTATÍSTICAS DA CRIMINALIDADE REGISTADA

As [Estatísticas da Criminalidade Registada](#), da responsabilidade da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), respeitam a informação estatística de base administrativa sobre crimes participados ou conhecidos pelas autoridades policiais, agentes/suspeitos e lesados/ofendidos identificados. No que se refere à informação tratada neste Destaque, foram considerados os dados registados pelas autoridades policiais relativos a crimes em que o menor faz parte do tipo de crime.

Para mais informação, sugere-se a consulta dos dados disponíveis no portal das [Estatísticas da Justiça](#).